



www.LeisMunicipais.com.br

Versão consolidada, com alterações até o dia 04/03/2010

LEI Nº 1326/2009

(Revogada pela Lei nº **1407/2010**)

REGULAMENTA EM ÂMBITO MUNICIPAL O DISPOSTO NO ART. 87, II, DO ADCT, DEFININDO OS VALORES ENQUADRÁVEIS COMO PRECATÓRIO OU REQUISITÓRIO JUDICIAL.

A Câmara Municipal de Rebouças, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica definido no âmbito do Município de Rebouças, Estado do Paraná, que para efeito de pagamento de débitos oriundos de sentenças judiciais transitadas em julgado, será aplicado o disposto no Art. 87, II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, sendo considerados como de pequeno valor, os débitos ou obrigações da Fazenda Municipal, cujo valor seja igual ou inferior a 30 (trinta) salários-mínimos.

Parágrafo Único. Os débitos cujo montante ultrapasse o estabelecido neste artigo, serão pagos por meio de precatório, observando-se o disposto no § único, do artigo 87 do ADCT.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL CAETANO CASTAGNOLI, em 09 de julho de 2009.

LUIZ EVERALDO ZAK

Prefeito Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 04/08/2015